

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 02 de outubro de 2023 às 08h02
Seleção de Notícias

Época Negócios - Online | BR

Direitos Autorais

Para popularizar geradores de imagens IA, empresas investem em recurso 3
ESTADÃO

O Estado de S. Paulo | BR

Pirataria

TikTok vira refugio para pirataria de filmes e séries de sucesso 5
ECONOMIA E NEGÓCIOS

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Pirataria

Moderação de conteúdo na rede e propriedade intelectual 7
OPINIÃO | NATÁLIA GIGANTE

Para popularizar geradores de imagens IA, empresas investem em recurso

A Adobe está integrando seu produto generativo de IA, Firefly, ao Photoshop, seu principal software de edição de imagens - Foto: Reprodução/Adobe Firefly Ferramentas de inteligência artificial capazes de gerar obras de arte fantasiosas ou imagens de aparência realista a partir de comandos escritos começaram a impressionar o público no ano passado. Mas a maioria das pessoas não as usa de fato no trabalho ou em casa. Isso pode mudar agora que as principais empresas de tecnologia estão competindo para popularizar os geradores de imagens a partir de texto, integrando-os a ferramentas já familiares como Adobe Photoshop e YouTube. Mas, primeiro, estão tentando convencer usuários e órgãos reguladores de que conseguiram domesticar um pouco da natureza de faroeste dos primeiros geradores de imagens por IA com proteções mais fortes contra violações aos direitos autorais e conteúdo problemático.

Um ano atrás, um grupo relativamente pequeno de pioneiros e entusiastas começou a brincar com geradores de imagens de última geração como Stable Diffusion, Midjourney e DALL-E, da OpenAI. "Os anteriores eram uma curiosidade interessante", mas as empresas estavam cautelosas, segundo David Truog, analista do grupo de pesquisa de mercado Forrester. Seguiu-se uma reação negativa, que incluiu ações judiciais de direitos autorais ajuizadas por artistas e pela empresa de banco de imagens Getty, e propostas de novas leis para controlar o uso indevido da tecnologia de IA generativa na criação de propaganda política enganosa ou imagens sexuais abusivas. Esses problemas ainda não estão resolvidos. Mas há uma proliferação de novos geradores de imagens que dizem estar prontos para o mercado desta vez. "Alexa, crie uma imagem de flores de cerejeira na neve" é o tipo de instrução que, segundo a Amazon, os consumidores americanos poderão dizer ainda este ano para gerar uma exibição personalizada em sua tela de Fire TV. A Adobe, conhecida pelo editor gráfico Photoshop, que lançou há mais de três

décadas, foi a primeira este ano a lançar um gerador de IA projetado para evitar os problemas éticos e jurídicos criados pelos competidores que treinaram seus modelos de IA com enormes quantidades de imagens retiradas da internet. "Quando conversamos com os consumidores sobre tecnologia generativa, o que ouvimos é principalmente que boa parte da tecnologia é muito legal, mas eles não sentem que podem usá-la em razão dessas questões", diz o diretor tecnológico da Adobe na área de mídia digital, Ely Greenfield. É por isso que o produto da Adobe, chamado Firefly, foi construído a partir de sua própria coleção de imagens Adobe Stock, e de conteúdo que já está licenciado.

Os colaboradores dos bancos de imagens também estão sendo remunerados nesse acordo, segundo Greenfield. "O Adobe Firefly é juridicamente limpo, e os outros, não", diz Truog, da Forrester. "Isso não importa muito para um cara qualquer se divertindo com IA generativa. Mas se você é uma empresa ou um profissional criativo que pensa em usar as imagens em seu website, aplicativo, ou em layouts impressos, anúncios ou campanhas de marketing por e-mail, "é uma coisa bem importante", diz Truog. "Você não quer se meter em problemas." Alguns concorrentes estão prestando atenção. A OpenAI, desenvolvedora do ChatGPT, anunciou na quarta-feira seu gerador de imagens de terceira geração, o DALL-E 3, enfatizando seus recursos impressionantes e a futura integração com o ChatGPT, além das novas proteções para recusar solicitações de imagens no estilo de um artista vivo. Os criadores também podem optar por excluir suas imagens do treinamento de futuros modelos, embora Truog observe que a OpenAI não disse nada "sobre remunerar os autores cujo trabalho eles usam no treinamento, mesmo com permissão". Em eventos separados de divulgação na cidade de Nova York na quinta-feira, a Microsoft e a plataforma YouTube, de propriedade do Google, também anunciaram novos produtos entremeados de geração de imagens por IA. A Microsoft, uma das

Continuação: Para popularizar geradores de imagens IA, empresas investem em recurso

principais investidoras da OpenAI, mostrou como já está começando a incorporar o DALL-E 3 em suas ferramentas de design gráfico, principalmente para edição em segundo plano, e também no mecanismo de busca e no chatbot Bing.

O YouTube revelou um novo recurso chamado Dream Screen, para vídeos curtos, que permite que os criadores componham um novo plano de fundo à sua escolha. No começo do mês, a Adobe e a Stability AI, desenvolvedora do Stable Diffusion, uniram-se a um grupo maior de importantes fornecedores de IA, como Amazon, Google, Microsoft e OpenAI, que concordaram com as salvaguardas voluntárias estabelecidas pelo governo do presidente americano Joe Biden. Uma delas exige que as empresas desenvolvam métodos, como marcas d'água digitais, para permitir que as pessoas saibam que imagens ou outros tipos de conteúdo foram gerados por IA. Os

executivos da Microsoft disseram que a empresa criou filtros para determinar que tipos de imagem podem ser gerados a partir de instruções de texto no Bing, e mencionou as imagens envolvendo figuras políticas importantes como conteúdo a ser monitorado. O objetivo é "garantir que não estejam sendo gerados os tipos de conteúdo que jamais gostaríamos de produzir, como conteúdo de ódio", diz Sarah Bird, diretora global da Microsoft para responsabilidade em IA. Durante uma demonstração para um repórter da Associated Press, uma instrução que pedia à nova ferramenta da Microsoft uma imagem de "Hillary Clinton fazendo escalada" foi rejeitada na quinta-feira. "Ops!

Tente outra instrução", foi a resposta. "Parece que algumas palavras podem estar automaticamente bloqueadas neste momento."

TikTok vira refugio para pirataria de filmes e séries de sucesso

ECONOMIA E NEGÓCIOS

Tecnologia Propriedade intelectual

Fatiadas em vídeos de poucos minutos, produções como 'Cangaço Novo' e 'The Big Bang Theory' são exibidas na íntegra na rede social

BRUNA ARIMATHEA

A lógica do TikTok fez com que a **internet** funcionasse em outra frequência: vídeos de apenas alguns segundos são os mais buscados pelos usuários de redes sociais. Agora, porém, filmes e séries de sucesso com horas de duração também são exibidos ilegalmente na plataforma e, para acomodar as produções dentro dos limites de tempo do app, os vídeos são fatiados em até centenas de partes de poucos minutos.

Alguns desses vídeos se tornaram hits de visualizações na plataforma pela adaptação ao formato com números que ultrapassam 40 mil visualizações. Pelo X, ex-Twitter, vários relatos de usuários que já assistiram a pelo menos um filme ou série indicam a tendência.

Uma dessas contas no TikTok encontrada pelo Estadão disponibiliza uma playlist com títulos variados. Um deles, o filme Invasores, distribuído pelos estúdios Warner, está completo na plataforma. O filme de 2007 tem 99 minutos e foi dividido em 13 partes de tamanhos diferentes.

Séries também são alvos dos perfis que se dedicam a fatiar as produções em pequenos cliques. A brasileira Cangaço Novo, do Prime Video, foi um dos alvos encontrados pela reportagem. Uma das séries mais assistidas do serviço de streaming da Amazon, Cangaço Novo é uma produção exclusiva da plataforma, que tem assinatura de R\$ 15 mensais. No TikTok, um perfil publicou a série em 146 partes - ca-

da vídeo com, mais ou menos, 3 minutos.

Outra conta se dedica a publicar episódios de séries internacionais famosas, como a produção The Big Bang Theory, com mais de dez capítulos postados no perfil. Cada episódio tem por volta 20 minutos mas, na plataforma, é dividido em vários cliques de pouco menos de cinco minutos. As visualizações, em alguns casos, ultrapassam a casa dos 20 mil. A série Breaking Bad é outra que também está dividida no app.

Para que driblem a política de **direitos** autorais do TikTok, muitos desses vídeos acompanham modificações nas telas como molduras, pequenos cortes ou até mesmo uma divisão da tela que mostra, ao lado do filme, uma pessoa fazendo alguma outra atividade - como pintar quadros ou jogar algum game.

A estratégia usada por esses perfis também é publicar os vídeos aos poucos. Alguns informam na própria descrição da conta que apenas cinco ou seis cliques serão publicados por dia. Ao fazer isso, esses perfis

escapam da "fiscalização" e conseguem chegar à mina de ouro das redes sociais: visualizações, curtidas e compartilhamentos, que permitem que essas contas continuem em alta e engajando na plataforma. Dessa forma, quem publica esse tipo de conteúdo pode até ter retorno financeiro, apesar de só ter muitas visualizações e "curtidas" não garantir isso.

CONTEÚDO PIRATA. Mesmo que pareça inofensivo, o fatiamento de produções inteiras é uma violação de **direitos** autorais, segundo Sydney Sanches, advogado especializado no assunto. Mesmo vídeos de poucos segundos postados avulsos podem ser considerados infrações. Segundo ele, no entanto, difícil é manter o controle de muitos vídeos curtos dentro da plataforma.

"É difícil pela própria natureza dessas plataformas. São plataformas que dependem dos próprios usuários para construir a sua base (de conteúdos). Isso dificulta o controle", explicou Sanches.

De acordo com o TikTok, conteúdos que não são de autoria do perfil estão passíveis de punição na plataforma com a suspensão da conta. "Nossos Termos de Serviço e as Diretrizes da Comunidade não permitem publicar, compartilhar ou enviar qualquer conteúdo que viole ou infrinja os **direitos** autorais, marcas registradas ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros", afirma a empresa nos termos de política de uso da plataforma.

"Se identificarmos uma violação de nossa Política de Propriedade Intelectual, removeremos o conteúdo da plataforma. Notificaremos o denunciante e a pessoa denunciada sobre a ação tomada", informou a empresa. Ainda assim, não é difícil encontrar os conteúdos na pesquisa do app. Procurada pela reportagem, a empresa não comentou sobre casos específicos de reprodução de séries e filmes.

YOUTUBE. O problema de violação de **direitos** autorais não é novo para plataformas de vídeo. O YouTube também já passou por problemas do tipo ao

Continuação: TikTok vira refugio para pirataria de filmes e séries de sucesso

longo dos anos. Atualmente, a plataforma oferece aos donos de canais uma ferramenta chamada Content ID, um sistema de identificação de conteúdo automatizado. A ativação e o uso desse recurso é de responsabilidade dos perfis - inclusive se forem estúdios e distribuidoras. "Se o usuário receber três avisos de **direitos** autorais em 90 dias, a conta e os canais associados serão encerrados", explicou a empresa nos termos.

Ainda assim, plataforma não está totalmente livre de conteúdo pirata. Vídeos de filmes completos também podem ser encontrados no site, com pouca ou nenhuma modificação no conteúdo. Segundo a companhia, os casos que não são identificados pelo Content ID são analisados internamente para verificar se o canal possui a licença para exibir o conteúdo de terceiros.

A Warner, dona dos direitos de algumas das séries que foram colocadas no TikTok, não quis comentar o assunto. O Estadão também procurou os estúdios Disney, o Prime Video e a Netflix, mas não obteve resposta.

Moderação de conteúdo na rede e propriedade intelectual

OPINIÃO

Considerando as urgências relacionadas a uso da **internet** e democracia, muito se tem falado sobre moderação de conteúdo e desinformação na rede. No entanto, o tema moderação é bem amplo e atinge outros setores da sociedade, principalmente quando se trata de propriedade intelectual.

Não é de hoje que se discute a interação entre propriedade intelectual e tecnologia, principalmente quando se fala em **internet**. Como esta viabiliza o compartilhamento de dados de forma facilitada, este também se tornou um terreno fértil para o compartilhamento não autorizado de obras protegidas por **direitos** autorais, como músicas, livros e filmes, além de transmissões paralelas de canais fechados e jogos de futebol.

Para além dos direitos do autor, percebe-se ainda o desenvolvimento constante do comércio online, que também se mostrou um ambiente propício para a venda de produtos falsos. Neste caso, chama-se a atenção para o fato de que consumidores ficam em posição de maior vulnerabilidade, já que não terão acesso ao produto físico no momento da escolha, o que acaba com a possibilidade de análise.

Neste cenário em que é evidente a existência de violações na rede, a moderação de conteúdo torna-se um assunto relevante como possibilidade de reduzir as infrações e proteger os direitos dos titulares.

Quando se fala em desinformação, o papel dos provedores de aplicações, como as redes sociais, é rapidamente questionado no que se refere aos parâmetros e limites de sua atuação. Quando se trata de propriedade intelectual, a situação é similar, uma vez que muitas violações também acontecem por meio de intermediários, a exemplo dos marketplaces.

Nos termos do Marco Civil da **Internet**, os pro-

vedores de aplicações não podem ser responsabilizados por conteúdos desenvolvidos por terceiros, salvo descumprimento de ordem judicial ou em casos específicos ao manter o conteúdo após ter tomado conhecimento da infração, como no caso de pornografia de revanche.

Não raro, as partes afetadas defendem uma responsabilização mais ampla dos provedores e a necessidade da elaboração de medidas mais ativas de repressão, mesmo que em dissonância com as regras estabelecidas pelo Marco Civil.

Do lado dos provedores de aplicações, ressalta-se o elevado volume de conteúdos postados todos os dias, o que praticamente inviabiliza um monitoramento ativo perfeito, em razão das várias nuances entre os conteúdos postados. Logicamente, conteúdos claramente ilegais são mais facilmente identificados. Porém, em muitos outros casos, a situação é mais complexa, como é o próprio caso da venda de produtos contrafeitos, uma vez que é desproporcional esperar que todos os marketplaces sejam capazes de compreender os parâmetros de identificação de produtos falsos em relação a todos os produtos disponíveis.

A exigência de um monitoramento sofisticado também pode gerar impactos concorrenciais, uma vez que players menores no mercado podem não ter a possibilidade de dispor de custos para o desenvolvimento de tecnologias eficientes de moderação da mesma forma como operam as big techs.

No entanto, isso não significa que não haja alternativas ou que os provedores de aplicações devam ignorar o tema.

Sabe-se que a proteção da **propriedade** intelectual é relevante para o desenvolvimento econômico, tec-

Continuação: Moderação de conteúdo na rede e propriedade intelectual

nológico e cultural e que as violações na rede geram prejuízos na ordem de bilhões de reais todos os anos. Portanto, é importante a existência de medidas que tornem o ambiente online mais seguro, tanto para quem investe quanto para quem compra.

Nesse sentido, como já é prática entre diversos provedores de aplicações, é interessante o desenvolvimento de canais para denúncias relacionadas a propriedade intelectual, bem como de ferramentas que identifiquem as violações de forma facilitada para uma posterior análise pelos titulares. Dessa forma, dá-se aos titulares a possibilidade de solicitar a remoção dos conteúdos indevidos sem a necessidade do ajuizamento constante de ações que, além de mais custosas, ainda sobrecarregam o Poder Judiciário.

Também é importante que os titulares dos direitos de **propriedade** intelectual busquem assessoria especializada para lidar com o tema e atuar de forma proativa na proteção de seus direitos online, para que esta seja realizada da forma mais eficiente possível. Sobre esse ponto, observa-se que é possível observar um campo no qual titulares e provedores podem atuar em conjunto para a manutenção de um mercado mais sadio.

Regularmente se discutem possibilidades legislativas sobre o tema e o próprio Projeto de Lei (PL) 2.630/20, conhecido como PL das Fake News, traz pontos sobre direitos do autor (mas nada sobre propriedade industrial e **falsificação**). No entanto, este é um assunto complexo, com diversos pontos a serem considerados e sobre o qual será necessário um amplo debate até que seja desenvolvida uma solução adequada.

Finalmente, e não menos importante, destaca-se o papel do cidadão sobre o que se consome na **internet**. Além da necessidade de buscar boas fontes de informação, vale o mesmo para o que se assiste e para o que se compra. A melhor alternativa é sempre buscar por canais oficiais e autorizados, garantindo a licitude da origem do que será consumido e afastando os riscos e prejuízos decorrentes das violações dos direitos de propriedade intelectual.

*

ADVOGADA, MESTRE EM **PROPRIEDADE**
INTELECTUAL E INOVAÇÃO E ES-
PECIALISTA EM DIREITO DIGITAL

Espaço AbertoNatalia Gigante

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3, 5, 7

Pirataria
5, 7

Propriedade Intelectual
7